

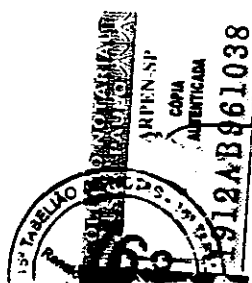
PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS E COM GARANTIA FLUTUANTE DA PRIMEIRA EMISSÃO DE COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO – CEMAR, CONFORME RE-RATIFICADA PELA SEGUNDA RE-RATIFICAÇÃO DA ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS E COM GARANTIA FLUTUANTE DA PRIMEIRA EMISSÃO DE COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO – CEMAR

Pelo presente instrumento, COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO – CEMAR, com sede na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, na Av. Colares Moreira 477, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 06.272.793/0001-84, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"), e como agente fiduciário, nomeado na "Escritura Particular de Emissão de Debêntures Não Conversíveis e com Garantia Flutuante da Primeira Emissão de Companhia Energética do Maranhão – CEMAR", re-ratificada pela "Primeira Re-ratificação da Escritura Particular de Emissão de Debêntures Não Conversíveis e com Garantia Flutuante da Primeira Emissão de Companhia Energética do Maranhão – CEMAR" e pela "Segunda Re-ratificação da Escritura Particular de Emissão de Debêntures Não Conversíveis e com Garantia Flutuante da Primeira Emissão de Companhia Energética do Maranhão – CEMAR" ("Escritura de Emissão") e nela interveniente, representando a comunhão de debenturistas titulares das debêntures objeto da presente emissão ("Debêntures"), PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista 2439, 11º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), vêm por esta e na melhor forma de direito, aditar a Escritura de Emissão, nos termos deste "Primeiro Aditamento à Escritura Particular de Emissão de Debêntures Não Conversíveis e com Garantia Flutuante da Primeira Emissão de Companhia Energética do Maranhão – CEMAR Conforme Re-ratificada pela Segunda Re-ratificação da Escritura Particular de Emissão de Debêntures Não Conversíveis e com Garantia Flutuante da Primeira Emissão de Companhia Energética do Maranhão – CEMAR" ("Primeiro Aditamento"), de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

(Termos utilizados neste instrumento que não estiverem aqui definidos tem o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão).

I
DA AUTORIZAÇÃO

1.1 Este Primeiro Aditamento é celebrado com base nas deliberações:



AUTENTICAÇÃO: Autenticada a cópia representativa, conforme o a mim apresentado, do qual VALDO ROBERTO COM O RUI DE AURELI

S. Paulo 25 JUN. 2002


16º TABELIAO DE NC
FABIO TADEU BISPO
TABELIAO
RUA AUGUSTA, 133 - CECORUEIRA



- I. da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 29 de maio de 2002, cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estado do Maranhão e publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão e nos jornais "O Estado do Maranhão" e "Gazeta Mercantil; e
- II. da assembléia dos debenturistas titulares das Debêntures realizada em 21 de maio de 2002.
- 1.2 Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 4.1 e 4.2 abaixo, a constituição da garantia real a que se refere a Cláusula 2.1 abaixo, autorizada pelo conselho de administração da Emissora na reunião a que se refere o inciso I da Cláusula 1.1 acima, deverá ser ratificada pela assembléia geral extraordinária da Emissora, a realizar-se em 12 de junho de 2002.
- 1.3 Ademais, nos termos da legislação em vigor e do Contrato de Concessão, a constituição da garantia real sobre os Direitos de Indenização (conforme definido abaixo) depende de anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("Aneel"). A anuência foi solicitada em 27 de maio de 2002, entretanto, até a presente data a Aneel ainda não se manifestou sobre tal solicitação.

II

DAS ALTERAÇÕES

- 2.1 A Cláusula 3.8 da Escritura de Emissão passa a constar com a seguinte redação:
- "3.8 *Espécie*. As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, gozando de privilégio geral sobre ativos da Emissora, nos termos do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei n.º 6.404/76 contando, ainda, adicionalmente, com garantia real, representada por penhor sobre os direitos da Emissora de receber indenização a ser paga à Emissora pelo Poder Concedente em caso de extinção ou término da Concessão ("Direitos de Indenização"), constituído em documento próprio, cuja cópia faz parte integrante e complementar desta Escritura de Emissão, como Anexo II ("Contrato de Penhor")."
- 2.2 Em decorrência das alterações promovidas na Cláusula 3.8, inserir Cláusulas 3.8.2 e 3.8.2.1, com a seguinte redação:
- 

"3.8.2 Nos termos da legislação em vigor e do Contrato de Concessão, a constituição da garantia real sobre os Direitos de Indenização depende de anuência da Aneel. A anuência foi solicitada em 27 de maio de 2002, entretanto, até a presente data a Aneel ainda não se manifestou sobre tal solicitação. Assim sendo, caso a anuência solicitada venha a ser denegada, a Emissora desde já, em caráter irrevogável e irretratável, obriga-se a não gravar, onerar, vender ou de qualquer outra forma transferir os Direitos de Indenização sem a anuência prévia de debenturistas titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, sob pena de vencimento antecipado automático das Debêntures."

"3.8.2.1 Fica desde já ajustado que a rejeição do pedido de anuência da Aneel a que se refere a Cláusula 3.8.2 acima não deverá ser considerado inadimplemento da Emissora de suas obrigações aqui previstas, salvo se a rejeição de tal anuência decorrer de atos, fatos ou omissões imputáveis à Emissora."

2.3 A Cláusula 3.15 da Escritura de Emissão passa a constar com a seguinte redação:

"3.15 *Remuneração.* Sobre o Valor Nominal incidirá, a partir da Data de Emissão, uma taxa de remuneração pré-fixada ou pós-fixada, acrescida ou não de sobretaxa, cujo período de incidência, intervalo de pagamento e respectivo(s) percentual(is) serão definidos pelo conselho de administração da Emissora ("Remuneração"), sendo que para o primeiro Período de Incidência de Remuneração (conforme definido abaixo), observar-se-á o disposto na Cláusula 3.15.2 abaixo."

2.4 A Cláusula 3.15.2 da Escritura de Emissão passa a constar com a seguinte redação:

"3.15.2 O primeiro Período de Incidência de Remuneração terá início na Data de Emissão e encerramento 610 (seiscentos e dez) dias após a Data de Emissão, ou seja, em 1º de fevereiro de 2003.

Cada Período de Incidência de Remuneração subsequente ao primeiro Período de Incidência de Remuneração terá início no último dia do Período de Incidência de Remuneração anterior e encerramento na data determinada pelo conselho de administração e aprovada pelos debenturistas nos termos desta Cláusula – que não poderá exceder a data de vencimento das Debêntures prevista na Cláusula 3.12 acima – e assim sucessivamente, devendo o prazo final do último Período de

Incidência de Remuneração coincidir com a data de vencimento das Debêntures, ou seja, 1º de junho de 2006.

Para o primeiro Período de Incidência de Remuneração, a taxa de remuneração das Debêntures será de 100% (cem por cento) da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional ("Taxa DI"), acrescida da sobretaxa correspondente ao percentual efetivo ao ano, base 252 dias, de 1% (um por cento) ao ano ("Remuneração do Primeiro Período de Incidência")."

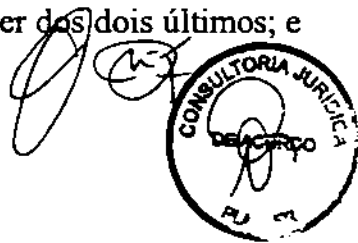
2.5 A Cláusula 3.15.2.1 da Escritura de Emissão passa a constar com a seguinte redação:

"3.15.2.1 *Periodicidade de Pagamento da Remuneração do Primeiro Período de Incidência.* A remuneração do primeiro Período de Incidência de Remuneração será paga em 1º de dezembro de 2001, 1º de junho de 2002 e 1º de fevereiro de 2003."

2.6 A Cláusula 3.16 da Escritura de Emissão passa a constar com a seguinte redação:

"3.16 *Repactuação.* A primeira repactuação ocorrerá em 1º de fevereiro de 2003, data de encerramento do primeiro Período de Incidência de Remuneração. O conselho de administração da Emissora deliberará e comunicará aos debenturistas, com antecedência mínima de 25 (vinte e cinco) dias da data de encerramento do primeiro Período de Incidência de Remuneração, e de cada Período de Incidência de Remuneração subsequente, as condições aplicáveis ao Período de Incidência de Remuneração seguinte, incluindo:

- I. a modalidade e os percentuais da taxa de Remuneração e prêmio, se houver, para o Período de Incidência de Remuneração seguinte;
- II. a existência ou não de amortização das Debêntures durante o Período de Incidência de Remuneração seguinte;
- III. a periodicidade de pagamento da Remuneração e do prêmio e da amortização, se houver qualquer dos dois últimos; e

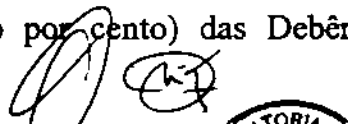


IV. os limites e índices econômico-financeiros a que se referem as Cláusulas 5.1 e 5.2 abaixo (e suas subcláusulas)."

2.7 Incluir as seguintes obrigações adicionais na Cláusula 6.1 da Escritura de Emissão:

"VII. não efetuar, até 28 de fevereiro de 2003:

- (A) pagamentos de obrigações devidas às suas controladoras diretas ou indiretas (incluindo Brisk e PPL Global, LLC ("PPL Global")), a qualquer pessoa sujeita ao mesmo controle, direto ou indireto, ou a qualquer pessoa coligada ou subsidiária da Emissora, direta ou indiretamente, ou de qualquer de suas controladoras diretas ou indiretas, presentes ou futuras (doravante denominadas simplesmente "Empresas do Grupo"), incluindo pagamento de juros, principal ou outros encargos; e/ou qualquer pagamento de obrigações de valor individual ou agregado não superior a US\$6.000.000,00 (seis milhões de dólares) ou seu equivalente entre outras moedas, que venham a ser devidas pela Emissora a quaisquer Empresas do Grupo em decorrência de pagamentos de obrigações da Emissora que venham a ser honrados por Empresas do Grupo, inclusive em decorrência de execução de garantias por elas prestadas ou aquisição de créditos contra a Emissora (tais obrigações de pagamento devidas a Empresas do Grupo doravante denominadas simplesmente "Obrigações Intra-Grupo"). O disposto neste inciso não impede a capitalização de Obrigações Intra-Grupo na Emissora na forma de aumentos de capital; e
- (B) aditamentos aos respectivos termos e condições das Obrigações Intra-Grupo de forma a reduzir prazos de vencimento de juros, principal ou de qualquer outro valor devido nos termos dos respectivos contratos, aumentar a remuneração, alterar partes ou conceder garantias adicionais, ainda que informalmente, sem a prévia e expressa anuência de debenturistas titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;



ressalvado que caso a Emissora ou qualquer outra Empresa do Grupo viole, ainda que inadvertidamente, as disposições previstas na Escritura de Emissão, as restrições previstas nas alíneas (A) e (B) deste inciso continuarão em vigor mesmo após a data aqui prevista e até que tal violação seja sanada;

VIII. em decorrência das obrigações assumidas por Brisk e PPL Global, no sentido de não onerar (ou permitir que suas respectivas controladas onerem) as ações de emissão da Emissora e as quotas de emissão da Brisk, a Emissora obriga-se a não proceder à averbação em seus livros societários de quaisquer gravames que venham a ser constituídos sobre ações de emissão da Emissora de titularidade da PPL Global, da Brisk ou de quaisquer outras Empresas do Grupo; salvo se (i) tal oneração for aprovada por debenturistas titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou (ii) o benefício de tal gravame for estendido aos debenturistas de forma *pari passu* e *pro rata* de acordo com o montante devido pela Emissora aos debenturistas, em termos e condições aceitáveis para os debenturistas titulares da maioria das Debêntures reunidos em assembléia convocada para este fim. A restrição prevista neste inciso permanecerá em vigor até 28 de fevereiro de 2003, ressalvado, entretanto, que caso a Emissora ou qualquer outra Empresa do Grupo viole, ainda que inadvertidamente, as disposições previstas na Escritura de Emissão, as restrições previstas neste inciso continuarão em vigor mesmo após a data aqui prevista e até que tal violação seja sanada. Ademais, o disposto neste inciso não deverá impedir (A) a fusão da Emissora com a Brisk; e (B) a venda ou qualquer forma de transferência das ações de emissão da Emissora para (i) quaisquer Empresas do Grupo, presentes ou futuras, hipótese em que a obrigação de não onerar aqui mencionada continuará em vigor, obrigando-se a Emissora, desde já, a informar ao respectivo adquirente de tais restrições; ou (ii) para quaisquer terceiros, hipótese em que a restrição aqui mencionada deixará de existir, sem prejuízo, entretanto, do disposto no inciso V da Cláusula 3.23 acima;

IX. ressalvados os ônus decorrentes das garantias prestadas nos termos da Cláusula 3.8 acima, não onerar, gravar, vender, alienar ou de qualquer outra forma transferir os Direitos de Indenização sem a prévia aprovação de debenturistas titulares

de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; e

- X. cumprir pontual e tempestivamente com todas as suas obrigações assumidas no Contrato de Penhor."

- 2.8 - Incluir nova Cláusula X prevendo a interveniência da Brisk na Escritura de Emissão e renumerando-se as demais Cláusulas:

"X

DA INTERVENIÊNCIA

- 10.1 A Brisk, na qualidade de acionista controladora da Emissora, firma este instrumento obrigando-se a:

- I. até 28 de fevereiro de 2003:

(A) a não receber pagamento de Obrigações Intra-Grupo, obrigando-se a restituir à Emissora toda e qualquer quantia que venha a ser recebida em pagamento de tais obrigações;

(B) não aditar os respectivos termos e condições das Obrigações Intra-Grupo devidas à Brisk de forma a reduzir prazos de vencimento de juros, principal ou de qualquer outro valor devido nos termos dos respectivos contratos, aumentar a remuneração, alterar partes ou conceder garantias adicionais, ainda que informalmente, sem a prévia e expressa anuência de debenturistas titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;

ressalvado que caso a Emissora ou qualquer outra Empresa do Grupo viole, ainda que inadvertidamente, as disposições previstas na Escritura de Emissão, as restrições previstas nas alienas (A) e (B) deste inciso continuarão em vigor mesmo após a data aqui prevista e até que tal violação seja sanada; e

(C) não onerar as ações de emissão da Emissora de sua titularidade; salvo se (i) tal oneração for aprovada por debenturistas titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, ou (ii) o benefício de tal

gravame for estendido aos debenturistas de forma *pari passu e pro rata* de acordo com o montante devido pela Emissora aos debenturistas, em termos e condições aceitáveis para os debenturistas titulares da maioria das Debêntures reunidos em assembléia convocada para este fim. A restrição prevista neste inciso permanecerá em vigor até 28 de fevereiro de 2003, ressalvado, entretanto, que caso a Emissora ou qualquer outra Empresa do Grupo viole, ainda que inadvertidamente, as disposições previstas na Escritura de Emissão, as restrições previstas neste inciso continuarão em vigor mesmo após a data aqui prevista e até que tal violação seja sanada. Ademais, o disposto neste inciso não deverá impedir (A) a fusão da Emissora com a Brisk; e (B) a venda ou qualquer forma de transferência das ações de emissão da Emissora para (i) quaisquer Empresas do Grupo, presentes ou futuras, hipótese em que a obrigação de não onerar aqui mencionada continuará em vigor, obrigando-se a Brisk, desde já, a informar o respectivo adquirente de tais restrições; ou (ii) para quaisquer terceiros, hipótese em que a restrição aqui mencionada deixará de existir, sem prejuízo, entretanto, do disposto no inciso V da Cláusula 3.23 acima; e

II. levar em consideração os interesses dos debenturistas e as obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, cujos os termos a Brisk neste ato declara conhecer, quando do exercício do seu poder de controle da Emissora.

10.2 O disposto nesta Cláusula não deve ser entendido como assunção, pela Brisk, da obrigação de pagamento de valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão ou de indenização por inadimplementos da Emissora no cumprimento de suas obrigações previstas na Escritura de Emissão."

III

DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA BRISK

3.1 A Emissora e a Brisk neste ato declaram que:

I. são pessoas jurídicas devidamente organizadas, constituídas e existentes de acordo com as leis brasileiras;

- II. as pessoas que ora as representam são representantes legais da Emissora, nos termos de seu estatuto social;
- III. exceto pela assembléia geral extraordinária a que se refere a Cláusula 1.2 acima e pela anuência da Aneel a que se refere a Cláusula 1.3 acima, todas as autorizações societárias e governamentais necessárias à celebração deste Primeiro Aditamento e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas neste Primeiro Aditamento foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- IV. os termos deste Primeiro Aditamento (a) não violam qualquer contrato ou documento do qual a Emissora e/ou a Brisk (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) sejam parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) não contrariam qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora e/ou a Brisk (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial pendente em face da Emissora e/ou da Brisk (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou que afete a Emissora e/ou a Brisk (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades; e
- V. este Primeiro Aditamento constitui obrigação exequível, válida e eficaz da Emissora e da Brisk de acordo com seus termos.

IV

DA APROVAÇÃO DO PENHOR PELA AGE

- 4.1 Caso a assembléia geral extraordinária a que se refere a Cláusula 1.2 acima não aprove a constituição da garantia real a que se refere a Cláusula 2.1 acima, as Debêntures deverão ser declaradas antecipadamente vencidas, salvo se de outra forma vier a ser determinado por debenturistas titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em assembléia a ser convocada pelo Agente Fiduciário, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.
- 4.2 Sem prejuízo do previsto na Cláusula 2.2 acima, o disposto nesta Cláusula não se aplicará caso a assembléia geral extraordinária não seja realizada ou não venha a aprovar a constituição da garantia real a que se refere a Cláusula

2.1, em qualquer caso em virtude da rejeição, pela Aneel, do pedido de anuência a que se refere a Cláusula 1.3 acima por atos, fatos ou omissões não imputáveis à Emissora.

V
DA RATIFICAÇÃO

- 5.1 Ficam ratificados todos os demais termos da Escritura de Emissão não alterados por este Primeiro Aditamento.

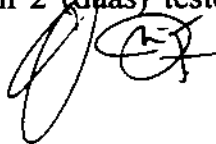
VI
DO REGISTRO

- 6.1 Este Primeiro Aditamento deverá ser registrado no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de São Luis, Estado do Maranhão.

VII
DO FORO

- 7.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.



PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS E COM GARANTIA FLUTUANTE DA PRIMEIRA EMISSÃO DE COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO – CEMAR, CONFORME RE-RATIFICADA PELA SEGUNDA RE-RATIFICAÇÃO DA ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS E COM GARANTIA FLUTUANTE DA PRIMEIRA EMISSÃO DE COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO – CEMAR (CONT.)

São Paulo, 29 de maio de 2002

3º OFÍCIO

COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO – CEMAR

Luiz A. Gonçalves Riquelme
Diretor Executivo da CEMAR

3º OFÍCIO

Felipe Feldmann Costa
DIRETOR FINANCEIRO

3º OFÍCIO

BRISK PARTICIPAÇÕES LTDA

Luiz A. Gonçalves Riquelme

1º TAB.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Artur M. de Figueiredo

1º TAB.

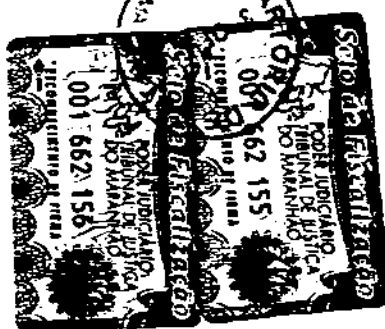
Viviane A. R. dos Santos

TABELONATO DE NOTAS DO 3º OFÍCIO, MARCA DE FOLHA CORRUPO NOTÍCIA: REBA LIMA TAPFIA RUA SUSTITUA

Testemunhas:

Nome: RENATA DE CARVALHO FIDALE
Id.: 27.509.432 - 6 SSP-SP
CPF: 027.497.620.469-32

Nome: EDNA MICHELETTI
Id.: 12.462.675 SSP-SP
CPF: 038.662.588-36



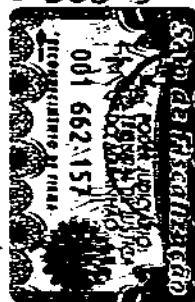
TABELONATO DE NOTAS DO 3º OFÍCIO
RUA HENRIQUE LEAL, 402-RECONHEÇO A FIRMA INETADA PELO SINAL PÚBLICO

10 JUN. 2002

EM TESTE

DA VERDADE

ANTONIO EDISIO CÔELHO NETTO
ESCREVENTE TIPIFICADO



1º TAB. PABLO TABELLI TABELA RUA AUGUSTA, 1836 - 2.º Andar 25 JUN